

ACESSIBILIDADE FÍSICA NA BIBLIOTECA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, CÂMPUS ARARANGUÁ

Cláudia Osvaldina dos Passos Cavalcanti¹
Renata Ivone Garcia²
Gregório Jean Varvakis Rados³

Resumo: O objetivo geral da pesquisa foi verificar as condições de acessibilidade física da Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) Câmpus Araranguá. Para análise foi utilizado parte do Instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas (checklist), desenvolvido por Nicoletti (2010). Os resultados sobre acessibilidade arquitetônica demonstraram que a Biblioteca não atende a todos os critérios estabelecidos, destacando-se negativamente a inexistência de rampas ou elevadores acessíveis. A análise da acessibilidade do mobiliário e equipamentos revelou que a disposição do mobiliário e dos equipamentos da Biblioteca atende a maioria dos critérios estabelecidos, destacando-se positivamente a categoria “computadores/terminais de consulta”. Diante da análise, conclui-se que a Biblioteca não disponibiliza aos seus usuários um ambiente físico totalmente acessível.

Palavras-Chave: Biblioteca escolar. Acessibilidade física. Inclusão.

PHYSICAL ACCESSIBILITY IN THE LIBRARY OF THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF SANTA CATARINA, CAMPUS ARARANGUÁ

Abstract: The overall objective of the research was to assess the physical accessibility conditions of the Library of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Santa Catarina (IFSC) Campus Araranguá. It was used for analysis of the assessment instrument of accessibility conditions in libraries (checklist) developed by Nicoletti (2010). The results on architectural accessibility demonstrated that the Library does not meet all the established criteria, standing out negatively the lack of ramps or accessible elevators. The analysis of the accessibility of the furniture and equipment revealed that the provision of furniture and equipment Library meets most of the criteria, highlighting positively the category "computers / terminals for consultation." On the analysis, it is concluded that the Library does not offer its users a fully accessible physical environment.

Keywords: School libraries. Accessibility. Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

As pessoas com algum tipo de deficiência têm os seus direitos garantidos constitucionalmente, apoiados por diversas leis, decretos e normas, que juntas formam políticas públicas de acessibilidade e inclusão. Entre essas, destaca-se o “Plano viver sem limite”, estabelecido por meio do Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011, que possui entre suas diretrizes a garantia de um sistema educacional inclusivo. (BRASIL, 2011b).

¹ Graduada em Biblioteconomia (UFSC), Especialista em Gestão de Bibliotecas Escolares (UFSC). Bibliotecária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Câmpus Araranguá. Fone: (48) 33115029. E-mail: klaupassos05@gmail.com.

² Graduada em Biblioteconomia (UDESC). Bibliotecária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Câmpus Araranguá. Fone: (48) 33115029. E-mail: renataivgarcia@gmail.com.

³ Doutor em *Manufacturing Engineering* pela *Loughborough University of Technology* (Lboro), Inglaterra. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Fone: (48) 37219000. E-mail: grego@deps.ufsc.br

Para garantir esse sistema educacional inclusivo, a biblioteca, que fornece apoio nos processos de ensino-aprendizado, precisa estar acessível aos seus usuários no que diz respeito à sua infraestrutura e mobiliário e também aos serviços que oferece. Todos os seus usuários reais e possíveis usuários devem ter a mesma oportunidade de locomoção no ambiente físico da biblioteca, bem como acesso à informação de maneira autônoma e independente.

Essa pesquisa torna-se relevante na atualidade, pois, conforme dados do Censo Demográfico de 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012), cerca de 23,9% da população brasileira diz ter algum tipo de deficiência, seja visual, auditiva, motora, mental ou intelectual. Esse dado reflete a importância de se oportunizar a plena cidadania das pessoas com deficiência por meio de espaços, públicos e privados, livres de barreiras arquitetônicas para que todos os indivíduos, sem distinção alguma, tenham seu direito de ir e vir garantidos. Da mesma forma, ofertar serviços que venham a contribuir para maior autonomia e independência da pessoa com deficiência e que essa possa ter seus direitos garantidos, como o de acesso à educação e à informação.

O número de pessoas com algum tipo de deficiência que possuem acesso à educação é cada vez maior no Brasil, conforme indicadores da educação divulgados pelo Ministério da Educação – MEC e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. No ano de 2013 foram realizadas 48589 matrículas de estudantes com algum tipo de deficiência no ensino médio. Esse número representa aproximadamente 818% a mais do que há dez anos (em 2003 foram efetuadas 5940 matrículas). Já o acesso de pessoas com deficiência na Educação Superior cresceu cerca de 575% nos dez anos, passando de 5078 matrículas em 2003 para 29221 ingressos em 2013 (BRASIL, [2013?]).

Diante desses dados, a atenção se volta para as instituições de ensino e se essas estão preparadas e acessíveis para atender com igualdade pessoas com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida. Sobre esse aspecto os dados indicam que no ano de 2003 o número de escolas com acessibilidade arquitetônica era somente 8608 em todo Brasil, contra 41602 em 2013, ou seja, cerca de 483% de crescimento (BRASIL, [2013?]). Esses números refletem a demanda necessária de acessibilidade nas instituições de ensino para que possam atender a todos de maneira digna.

Dentro das instituições de ensino, a biblioteca é um ambiente primordial para o desenvolvimento das atividades de sala de aula, pois fornece apoio nos processos de ensino-aprendizado por meio do acesso a diferentes recursos e fontes de informação. Desta maneira, as bibliotecas precisam estar acessíveis aos seus usuários. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição de ensino pública que possui alunos com algum tipo de deficiência e, desta maneira, deve oferecer ambiente acessível, inclusive na Biblioteca. Assim, chegou-se ao problema de pesquisa: quais as condições de acessibilidade físicas apresentadas pela Biblioteca do IFSC Câmpus Araranguá?

Objetivo geral da pesquisa foi verificar as condições de acessibilidade física da Biblioteca do IFSC Câmpus Araranguá. Os objetivos específicos foram: identificar normas e livros-textos que versam sobre acessibilidade, em especial em bibliotecas; apontar elementos de avaliação de acessibilidade física em bibliotecas e verificar as condições de acessibilidade física da Biblioteca do IFSC Câmpus Araranguá.

2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO

A dificuldade das pessoas de conviverem em sociedade com os diferentes do dito “padrão” de normalidade, definido pela própria sociedade, é algo histórico na humanidade, que vem desde a origem das civilizações. Segundo Foucault (1993 apud FALKENBACH, 2011, p. 27) “Historicamente, reconhecer as diferenças como algo natural não é tarefa fácil aos seres humanos. Se levarmos em consideração a história dos conflitos promovidos entre as tribos, as culturas e os países, vamos entender que a aceitação das diferenças é um ponto frágil na história humana.”

Essa prática histórica de estranhamento e exclusão dos diferentes ocorreu em especial com as pessoas com deficiências, que são “[...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2011b, p.1).

Segundo Sasaki (2006) depois de séculos de exclusão, o primeiro movimento em prol da inserção e do acolhimento das pessoas com algum tipo de deficiência na sociedade se deu por meio do processo chamado de integração, no fim da década de 1960.

A idéia de integração surgiu para derrubar a prática de exclusão social a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas portadoras de deficiências eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência (SASSAKI, 2006, p.30).

No entanto, a ideia de integração estava distante do ideal: a inclusão dessas pessoas na sociedade. Com a integração “[...] o movimento se conduziu na forma de que a pessoa com deficiência é quem deveria adaptar-se na sociedade.” (FALKENBACH, 2011, p. 31). Nesse sentido, Sasaki (2006, p. 34) afirma que “a integração pouco ou nada exige da sociedade em termos de modificação de atitudes, de espaços físicos, de objetos e de práticas sociais”

O conceito de integração não vai ao encontro a inclusão, que é justamente o “Movimento da sociedade (sociedade inclusiva) voltado para produzir a igualdade de oportunidades para TODOS.” (CARNEIRO, 2007, p. 29). Observa-se que o movimento de inclusão deve partir da sociedade para o indivíduo, de maneira que sejam consideradas as infinitas diferenças das pessoas, inclusive aquelas com deficiência.

Sasaki (1997 apud SASSAKI, 2006, p. 39) conceitua inclusão social como

[...] o processo pela qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivas a equiparação de oportunidades para todos.

Para a prática da inclusão social são fundamentais a adoção dos seguintes princípios: aceitar as diferenças individuais; valorizar cada indivíduo; conviver com a diversidade humana e aprender por meio da cooperação. (SASSAKI, 2006).

Por fim, entende-se dentro dessa perspectiva que a sociedade deve “eliminar todas as barreiras [...] para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários para o seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional” (SASSAKI, 2006, p. 45). Visualizamos que as pessoas que possuem algum tipo de deficiência muitas vezes não são incluídas e não interagem efetivamente na sociedade por conta de barreiras criadas pela própria sociedade. Assim, a acessibilidade se faz necessária para que o movimento inclusivo se consolide na sociedade.

3 ACESSIBILIDADE

O conceito de acessibilidade esteve por muito tempo associado somente as condições físicas e a eliminação de barreiras arquitetônicas dos ambientes e espaços, isso se explica pelo fato de que “Historicamente, a origem do uso desse termo para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência está no surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional, no final da década de 40.” (SASSAKI, 2011).

Passados mais de seis décadas, nos dias atuais, esse conceito é mais abrangente, de maneira que abarca a prestação de serviços, mobiliários, comunicação e acesso à informação. O decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, define acessibilidade como: “Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2004).

Esse entendimento de acessibilidade vai ao encontro a definição de Dischinger (2004, p. 28), que define acessibilidade como “[...] poder chegar a algum lugar com conforto e independência, entender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece e participar das atividades que ali ocorrem fazendo uso de equipamentos”. Entende-se que o indivíduo com deficiência, assim como todos, tem direito de ir e vir, bem como fazer uso dos serviços e espaços com a maior autonomia possível. Para que isso ocorra, Sasaki (2011) define basicamente seis contextos de acessibilidade que necessitam ser considerados na projeção e avaliação dos ambientes e espaços:

- acessibilidade arquitetônica: sem barreiras físicas nos ambientes, como residências, edifícios, espaço urbano, bem como nos meios de transporte;
- acessibilidade comunicacional: sem barreiras na comunicação pessoal, escrita e virtual;
- acessibilidade metodológica: sem barreira nos métodos e técnicas de estudo, trabalho e educação de crianças;
- acessibilidade instrumental: sem barreiras nos instrumentos de estudo, trabalho e lazer;
- acessibilidade programática: sem barreiras implícitas em políticas públicas, normas e regulamentos; e
- acessibilidade atitudinal: sem preconceitos, estereótipos e discriminação com as pessoas de modo geral.

A acessibilidade deve ser concebida para o maior número de indivíduos e não somente para pessoas com algum tipo de deficiência. Dessa maneira, ao ser projetado um ambiente e/ou produtos, deve-se considerar todas as pessoas com suas infinitas características e diversidades, pois é essa pluralidade que define o ser humano.

4 BIBLIOTECA ESCOLAR ACESSÍVEL

A biblioteca escolar (BE) é um ambiente inserido dentro de uma escola que caracteriza-se, primeiramente, por fornecer apoio informacional aos programas curriculares desenvolvidos em sala de aula, auxiliando no processo ensino-aprendizado dos alunos. De acordo com Côrte e Bandeira (2011, p. 6) a BE “[...] serve de suporte aos programas educacionais, atuando como um centro dinâmico, participando, em todos os níveis e momentos, do processo de desenvolvimento curricular e funcionando como laboratório de aprendizagem integrado ao sistema educacional.”

No que diz respeito à organização e planejamento do espaço físico, Côrte e Bandeira (2011, p. 19) dizem que “O primeiro aspecto a ser considerado é a localização da biblioteca. Precisa estar num local de fácil acesso [...] como facilidades para as pessoas com necessidades especiais, obedecendo à legislação específica”. Gomes (2007) acrescenta que nas bibliotecas, de maneira geral, deve ser observado se são projetadas, equipadas e decoradas adequadamente para atender às necessidades diversas dos usuários, levando em consideração a adequação do mobiliário e padronização, iluminação, arranjo físico, etc.

Entende-se que para ser acessível, a biblioteca, deve permitir o acesso à informação e a locomoção no seu espaço por todos, independentemente se o usuário apresenta algum tipo de necessidade especial. Além disso, a biblioteca deve estar “[...] preparada para acolher a maior variedade de público possível para as suas atividades, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população” (FERRÉS, 2008, p. 36).

Relacionada diretamente à acessibilidade física, apresenta-se a NBR 9050:2004, que tem por objetivo estabelecer “critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção,

instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p.1). Na norma existe um seção específica para bibliotecas, que define critérios para locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência. No entanto, no decorrer de toda norma diversos aspectos estão relacionados a biblioteca, tais como porta de entrada da biblioteca, símbolos de comunicação e outros.

Ainda sobre as normas da ABNT, apresenta-se a NBR 15599 “que fornece diretrizes que promovem a acessibilidade na prestação de serviços, contornando as barreiras de comunicação existentes [...]. Destina-se ao uso pelos prestadores de serviço que buscam o atendimento à demanda das pessoas com dificuldades na comunicação [...]” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008, p.v).

Assim, é preciso aliar a legislação vigente e as normas técnicas já estabelecidas com as atitudes e ações em prol da acessibilidade em bibliotecas.

4.1 Biblioteca do IFSC Câmpus Araranguá

O IFSC, bem como todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil foram instituídos pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008). O IFSC Câmpus Araranguá, foi inaugurado em 25 de março de 2008 ainda quando a instituição denominava-se CEFET-SC.

As bibliotecas da rede IFSC atendem a um público diferenciado, visto que a instituição oferta cursos em diferentes modalidades e níveis de conhecimento. No entanto, as bibliotecas possuem um perfil escolar, pois seus usuários são em sua maioria de ensino médio. Isso se dá pelo fato que de acordo com a lei supracitada, que criou os Institutos Federais, no desenvolvimento da ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

As bibliotecas do IFSC têm por finalidade:

I.Oferecer acesso informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão do IFSC, desenvolvendo serviços e produtos que possibilitem satisfazer as necessidades informacionais de seus usuários. II.Disponibilizar fontes de informação atualizadas e em diferentes suportes, que sirvam como apoio para as atividades acadêmicas e científicas, visando contribuir para o desenvolvimento profissional do cidadão colaborando dessa forma, para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da sociedade (BRASIL, 2011d, p. 1).

A Biblioteca atende a toda comunidade acadêmica do câmpus, ou seja, alunos, professores e técnicos administrativos. Atualmente, atende-se os alunos dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ensino médio integrado ao técnico, técnico concomitante e os de nível superior.

De acordo com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do IFSC Câmpus Araranguá, no primeiro semestre do ano de 2015 a instituição possuía matriculados 3 (três) alunos com deficiência auditiva e 1 (um) aluno com paralisia cerebral. Além disso, são ofertados cursos de curta duração na modalidade “Mulheres sim”, que geram diversas demandas relacionadas a modalidade reduzida de alguns idosos, alunos dessa modalidade.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa quanto à abordagem caracteriza-se como qualitativa e ao objetivo geral é classificada como descritiva, pois de acordo com Gil (2010) a pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição das características de determina população ou ainda se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos

públicos de uma comunidade. Nessa linha, esta pesquisa propôs verificar as condições de acessibilidade física da Biblioteca do IFSC Câmpus Araranguá.

Como técnica de pesquisa foi realizada observação direta intensiva sistemática. De acordo com Marconi e Lakatos (2013) esse tipo de técnica de pesquisa é realizado em condições controladas, para responder a propósitos pré-estabelecidos e para coleta de dados faz uso de instrumentos, como quadros, anotações, escalas, entre outros. Esta pesquisa descritiva usou como referencial metodológico para a coleta de dados parte do Instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas (checklist), desenvolvido por Nicoletti (2010).

Visto que o objetivo da pesquisa foi verificar as condições de acessibilidade física da Biblioteca do IFSC Câmpus Araranguá, foram utilizadas para a análise somente duas dimensões das oito definidas no Instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas (checklist): acessibilidade arquitetônica e acessibilidade do mobiliário e equipamentos.

Por fim, definiu-se como universo de pesquisa a Biblioteca do IFSC Câmpus Araranguá, e como objeto da pesquisa a sua acessibilidade física.

Para a análise e interpretação dos dados foi realizado o cotejamento dos critérios definidos no *checklist*, divididos por cada categoria, e o que foi observado in loco pela pesquisadora, a fim de se verificar quais dos critérios foram atendidos, não foram atendidos, foram atendidos parcialmente ou não se aplicaram a realidade apresentada.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os critérios aplicados na análise correspondem às dimensões acessibilidade arquitetônica e acessibilidade do mobiliário e equipamentos definidas no Instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas (*checklist*). Para divulgação dos resultados e discussão são apresentados somente às categorias relacionadas a cada dimensão.

No Quadro 1 é possível visualizar um resumo da estrutura do recorte feito no Instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas (*checklist*), dividido em dimensões e categorias.

Quadro 1 - Resumo da estrutura do Instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas (*checklist*)

	Itens para avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas	S	N	P	N/A
1	Acessibilidade arquitetônica				
1.1	Entorno da biblioteca				
1.2	Estacionamento da biblioteca				
1.3	Entrada da biblioteca				
1.4	Espaços internos da biblioteca				
1.5	Pisos				
1.6	Capachos, forrações, carpetes e tapetes				
1.7	Desníveis				
1.8	Degraus e escadas fixas				
1.9	Rampas				
1.10	Corrimãos				
1.11	Corredores				
1.12	Sanitários				
2	Acessibilidade do mobiliário e equipamentos				
2.1	Balcão de atendimento ao usuário				
2.2	Mesas ou superfície para trabalho, leitura e/ou estudo				
2.3	Computadores/terminais de consulta				
2.4	Estantes				

Fonte: Nicoletti (2010, p. 49).

Durante a coleta de dados foi atribuído para cada critério uma sigla, de acordo com o proposto por Nicoletti (2010) no *checklist* (Quadro 2).

Quadro 2 - Legenda das siglas utilizadas no *checklist* de Avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas

LEGENDA	
Sim (S)	Item de avaliação atendido
Não (N)	Item de avaliação não atendido
Parcialmente (P)	Item de avaliação atendido parcialmente
Não se aplica (N/A)	Item de avaliação não se aplica (N/A)

Fonte: Nicoletti (2010, p. 48).

Para a análise da acessibilidade física da Biblioteca do IFSC Câmpus Araranguá, foram considerados somente os critérios válidos, ou seja, somente aqueles que puderam ser aplicados a Biblioteca. Dessa maneira, os critérios considerados pela pesquisadora como “não se aplica (N/A)” não foram considerados para a análise e interpretação dos dados de cada categoria.

6.1 Acessibilidade arquitetônica

A estrutura da Biblioteca está localizada no bloco B do Câmpus e, dessa maneira, para fins de verificação utilizou-se com referência o entorno, acesso e estrutura de todo o Câmpus. Antes mesmo de poder acessar o ambiente da biblioteca, o usuário necessita ter condições de acessibilidade do trajeto entre a sua residência e a biblioteca. Dessa maneira, quesitos relacionados ao transporte público e calçadas no entorno da biblioteca são os primeiros critérios a serem analisados na categoria entorno da biblioteca.

Relacionado ao transporte público acessível, este foi atendido parcialmente, pois atualmente o transporte coletivo público do município de Araranguá conta com quatro veículos adaptados para o transporte de pessoas com limitações físicas ou mobilidade reduzida. De acordo com o coordenador operacional da empresa responsável pelo transporte público da cidade, esses veículos adaptados são distribuídos conforme solicitação dos próprios usuários que os necessitam. Dessa maneira, não é possível definir as linhas que disponibilizam os veículos adaptados.

Atualmente não existem linhas de transporte urbano coletivo no município de Araranguá que tenham no itinerário o endereço do IFSC Câmpus Araranguá. As linhas que possuem no itinerário as ruas mais próximas, passam a mais de 500 m do Câmpus. Inclusive, a maioria dos alunos usa transporte escolar privado ou veículos particulares. Dessa maneira, não é possível afirmar que todo o transporte público no entorno da Biblioteca é acessível, visto que poucas linhas são adaptadas.

No trajeto entre as paradas de embarque/desembarque do transporte coletivo mais próximas e o Câmpus existem diferentes obstáculos, todos relacionados às irregularidades das calçadas, com a presença constante de degraus e, inclusive, em alguns trechos a ausência de calçadas pavimentadas. Essas características das calçadas dificultam ou até mesmo impossibilitam a mobilidade de pessoas em cadeiras de rodas. Já próximo à entrada do Câmpus existem faixas de pedestre, no entanto algumas estão com a pintura desgastada. Nenhuma das faixas de pedestre possui sinalização sonora, e esta é importante para a orientação da pessoa com deficiência visual.

A situação das calçadas e pavimentações dentro do Câmpus é diferente, visto que as calçadas no entorno do bloco da Biblioteca, que ficam dentro do IFSC estão em bom estado de conservação, não apresentando buracos ou pedras soltas no pavimento. Além de que os rebaixamentos presentes estão sinalizados de forma tátil, de maneira a auxiliar as pessoas com deficiência visual.

Após analisar o entorno da Biblioteca, a próxima categoria verificada diz respeito ao estacionamento, em especial sobre a garantia de oferta de vagas preferenciais para pessoas com limitação física e mobilidade reduzida. O estacionamento do IFSC Câmpus Araranguá é composto por 245 (duzentos e quarenta e cinco) vagas para automóveis, das quais 4 (quatro) são vagas preferenciais para pessoas com limitação física ou mobilidade reduzida. Estas quatro vagas possuem sinalização horizontal com o símbolo internacional de acesso pintada no chão, no entanto não estão contempladas com sinalização vertical, por meio de placas.

As quatro vagas preferenciais para pessoas com limitação física ou mobilidade reduzida estão em piso plano, assim como todo o espaço do Câmpus. Tais vagas contam com um espaço adicional de circulação com 1,20 m de largura, que estão vinculadas aos rebaixamentos de calçadas que dão acesso a rota acessível externa (Figura 1).

Figura 1 – Estacionamento do IFSC Câmpus Araranguá



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2015).

Após a análise dos critérios relacionados ao deslocamento do usuário, desde a sua residência até a biblioteca, o *checklist* apresenta critérios relacionados a categoria entrada da biblioteca. Entende-se que tais critérios são aspectos fundamentais quando a instituição busca a acessibilidade física aos seus usuários, pois se logo na entrada da biblioteca estiverem dispostos obstáculos, o usuário certamente não conseguirá acessar o ambiente e por sua vez não terá a mesma oportunidade que outros usuários no acesso a informação.

A Biblioteca está localizada no segundo piso do bloco b, assim para que o usuário tenha acesso ao espaço necessita utilizar a única escada disponível, que por sua vez também é o único acesso ao piso superior, pois o bloco não possui rampa de acesso ou elevador acessível. O único elevador disponível é de carga e não atende a diversos quesitos exigidos na NBR 13994:2000 - Elevadores de passageiros – Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2000). De acordo com a administração do Câmpus, está em fase de aquisição um novo elevador para o bloco, que cumpre as normas exigidas de acessibilidade. Esse resultado revela que a Biblioteca está inacessível para as pessoas em cadeiras de rodas e talvez para as pessoas com mobilidade reduzida. Como já mencionado em capítulo anterior, atualmente o IFSC Câmpus Araranguá não possui matriculado aluno em cadeiras de rodas, no entanto há um aluno com paralisia cerebral e este apresenta dificuldades motoras. Além disso, diversos idosos participam dos cursos de curta duração ofertados pelo Câmpus.

Atualmente a Biblioteca possui um salão principal, onde está o seu acervo físico, sala de processamento técnico, balcão de atendimento, mesas de estudo em grupo, mesas de estudo individual e terminal de consulta. Este salão principal é antecedido de um espaço formado por antenas do sistema de

segurança e armários para os usuários. Ao lado desse espaço há uma sala de estudos com entrada individual, na qual estão dispostas mesas para estudo em grupo e computadores para pesquisa. Dessa maneira, iremos analisar como entrada, as três disponíveis: a primeira do salão principal, que dispõe dos armários; a do salão principal propriamente, e da sala de estudos.

Todas as entradas da Biblioteca possuem circulação contínua e sem obstáculos. Ressalta-se que a porta do salão principal dispõe de duas antenas que compõe o sistema de segurança, no entanto o espaço entre elas é acessível, pois apresenta 90 cm (Figura 2).

Figura 2 – Entrada principal da Biblioteca IFSC Câmpus Araranguá



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2015).

A área de aproximação da porta de acesso à Biblioteca apresenta vão livre suficiente no sentido de entrada e de saída, o mesmo ocorre com as áreas de aproximação relacionadas à sala de estudos e laboratório de informática. No entanto, somente o acesso à sala de processamento técnico no sentido de saída não atende o mínimo exigido de 1,50 m, apresentando somente 1 m de vão livre. Apesar de ser um ambiente exclusivo de circulação de servidores da Biblioteca, é importante que sejam estabelecidos dimensões mínimas para a circulação e manobra de pessoas em cadeiras de rodas. Pois a acessibilidade não é somente direcionada aos usuários, os servidores com algum tipo de deficiência devem ter garantida sua autonomia no desenvolvimento de suas atividades.

De acordo com a NBR 9050:2004 “As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 51). Neste quesito a Biblioteca não atende integralmente somente ao tipo de formato das maçanetas, pois somente uma, a da sala de estudos, apresenta maçaneta no formato alavanca. O não atendimento ao formato das maçanetas mais uma vez deixa a Biblioteca inacessível a uma parcela de usuários, pois o usuário com paralisia cerebral, por exemplo, não conseguirá ou terá dificuldade para entrar na Biblioteca, visto que esta fica com a porta fechada em decorrência do uso de aparelhos de ar-condicionado.

Ainda sobre as maçanetas, é necessário que os sanitários acessíveis possuam puxador horizontal, o que não ocorre com o sanitário acessível localizado no mesmo bloco da Biblioteca.

Nenhuma das portas apresenta em sua parte inferior revestimento resistente à impactos de materiais, como muletas e bengalas. Ainda sobre o não cumprimento dos critérios relacionados às portas, as mesmas não apresentam sinalização tátil de orientação e de alerta. As portas internas da Biblioteca apresentam a mesma cor que a da parede, pois são formadas por divisórias de madeira. Já as duas portas externas, salão da Biblioteca e sala de estudos, apresentam cor cinza e paredes em cores verde, azul e branco, ou seja, cores da porta contrastante com as das paredes.

Realizada a análise do entorno, estacionamento e entrada da Biblioteca, a próxima categoria considerada no *checklist* trata dos espaços internos do ambiente físico da Biblioteca.

Na categoria espaços internos foram aplicados critérios relacionados à iluminação, contrastes de cores, organização dos espaços, entre outros. Sobre a iluminação o ideal é que sejam evitados os contrastes excessivos nos níveis de iluminação para que as pessoas com baixa visão possam se adaptar aos espaços. A Biblioteca do IFSC Câmpus Araranguá apresenta o mesmo nível de iluminação em todos os seus espaços, não ocorrendo contrastes.

Cada ambiente da Biblioteca possui comando individual de iluminação artificial, e as janelas dispõem de persianas, que funcionam como mecanismo de aumento e diminuição da iluminação ambiental, o que é importante para o ajuste da intensidade da luz, evitando reflexo e radiação de calor.

Outro aspecto importante para orientação espacial da pessoa com baixa visão, é a iluminação, cores e contrastes entre paredes, pisos, portas e maçanetas. Neste critério a Biblioteca atende parcialmente, pois três portas internas são da mesma cor das paredes formadas por divisórias. O que não ocorre com as duas portas externas que possuem cores distintas do piso e paredes.

Todas as áreas livres da Biblioteca atendem positivamente aos critérios relacionados à manobra de pessoa em cadeira de rodas e a circulação de pessoas. E ainda, as dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem a mobilidade das pessoas, inclusive com acessórios de mobilidade, como muletas, andadores e cadeira de rodas.

Quando é realizado o *layout* das salas de leitura e de estantes de livros deve-se considerar a utilização de usuários em cadeiras de rodas, pessoas com mobilidade reduzida, baixa estatura. No entanto, percebeu-se que algumas prateleiras das estantes de livros estão numa altura elevada, impossibilitando o acesso de uma pessoa em cadeira de rodas ou pessoa de baixa estatura ao material que está na última prateleira da estante.

No espaço interno da Biblioteca não existem sinalizações visuais suspensas em área de circulação, bem como não possui sinalização vertical em braile ou texto em relevo. O não atendimento desses critérios torna a Biblioteca inacessível a uma parcela da população, os deficientes visuais ou com baixa visão.

Os dispositivos elétricos dispostos pela biblioteca, como tomadas e interruptores, devem estar em altura acessível a grande maioria dos usuários. Para isso a NBR 9050:2004 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA, 2004) definiu alguns parâmetros:

- interruptores: entre 0,60m e 1,00m de altura do piso;
- tomadas: entre 0,40m e 1,00m de altura do piso; e,
- quadro de luz: entre 0,80m e 1,20m de altura do piso.

O que se observou na Biblioteca é que a mesma atende parcialmente a esses critérios. O quadro de luz fica no corredor do bloco onde está a Biblioteca, a 1,20 m do piso. O mesmo não ocorre com os interruptores, que estão a 1,10 m do piso, ultrapassando 0,10 m do que é definido na NBR 9050:2004. Já as tomadas elétricas apresentam em sua grande maioria altura satisfatória de 0,50 m do piso.

A Biblioteca disponibiliza aos seus usuários armários guarda-volumes para a guarda de material, dos quais dos 12 (doze) armários oferecidos 9 (nove) são acessíveis, ou seja, estão entre 0,40 m e 1,20 m do piso.

Analisar aspectos sobre o piso da biblioteca é importante quando se almeja a acessibilidade física, pois o piso é aspecto fundamental para o deslocamento e direcionado, em especial, à segurança e ao

conforto do usuário em cadeira de rodas. E a Biblioteca apresenta resultados positivos, pois seu piso possui superfície regular, firme, estável e não apresenta trepidações nos casos de usuário em cadeira de rodas.

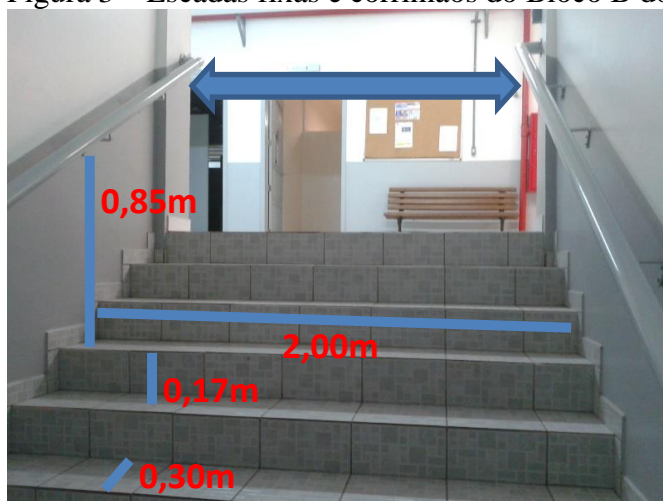
Outros aspectos positivos relacionados ao piso, dizem respeito ao fato do piso ser opaco e contrastar com as paredes, o que é de suma importância para usuários com baixa visão. O único critério atendido parcialmente pela Biblioteca, diz respeito ao fato de que quando molhado, o piso não apresenta característica antiderrapante. Chegou-se a essa constatação pela experiência com o mesmo tipo de piso dos corredores do bloco, que quando molhado apresenta riscos com derrapagens.

Os critérios relacionados à categoria capachos, forrações, carpetes ou tapetes, bem como as categorias desníveis e rampas não se aplicaram à análise da acessibilidade da Biblioteca do IFSC Câmpus Araranguá, por razão de inexistência no ambiente.

Sobre os degraus e escadas fixas, o primeiro aspecto relacionado diz sobre a associação com rampas ou elevadores. E para acessar a Biblioteca, que está localizada no segundo piso do bloco, é necessária a utilização de escada fixa, que por sua vez não está associada a rampas acessíveis. O único elevador disponível no bloco da Biblioteca é destinado para carga e não atende a NBR13994:2000, que define parâmetros para elevadores de passageiros - elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência. Um desses quesitos não atendidos está relacionado à operação da porta: o elevador disponível no bloco possui porta guilhotinada, e “Portas guilhotina ou pantográficas são proibidas” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2000, p. 10).

Em termos de dimensões, a escada atende a NBR 9050:2004, de maneira que os espelhos dos degraus possuem 0,17 m, dentro do máximo indicado de 0,18 m; os pisos dos degraus possuem 0,30 m de largura, não ultrapassando o máximo de 0,32 m; a escada possui largura de 2 m, ultrapassando o mínimo exigido de 1,20 m; o primeiro e o último degrau estão a uma distância maior que 0,30 m da área de circulação adjacente e, a escada possui um patamar entre os lances, que representa mudança de direção, com dimensão longitudinal superior a 1,20 m (Figura 3).

Figura 3 – Escadas fixas e corrimãos do Bloco B do IFSC Câmpus Araranguá



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2015).

Ainda relacionado a acessibilidade de escadas fixas, a Biblioteca não atende sobre a sinalização visual, que deve possuir faixas nas extremidades dos degraus com dimensões de 0,20 m de comprimento e de 0,2 a 0,3 m de largura.

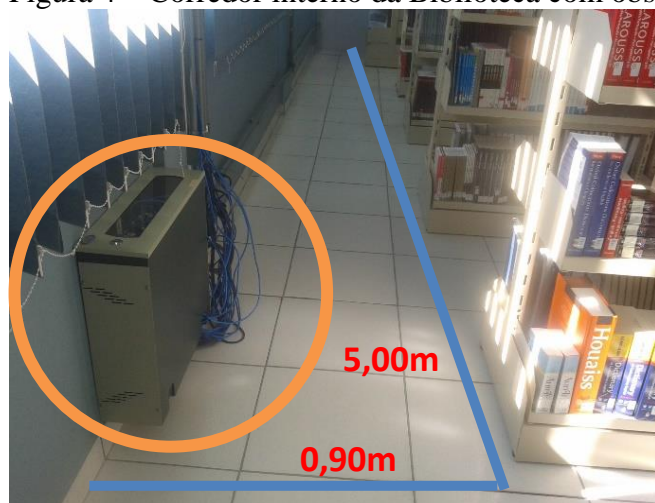
Relacionado aos corrimãos da escada fixa, que podem ser visualizados na Figura 2, estão instalados em ambos os lados dos degraus de maneira contínua, são compostos de material resistente como o ferro, apresentam boa fixação junto à parede e seu formato é circular, de modo a facilitar boa empunhadura e

deslizamento das mãos. Além do formato circular, as extremidades dos corrimãos apresentam acabamento recurvado. Em relação às dimensões, os corrimãos estão a uma altura de 0,85 m do piso, com diâmetro de 4,5 cm e afastamento da parede superior a 4 cm.

Os problemas encontrados nos corrimãos estão relacionados ao não prolongamento antes do início e após o término da escada e ainda, não há sinalização nos corrimãos, de maneira que não estão dispostos anéis com texturas contrastantes com a superfície do corrimão e também não há sinalização em Braille, informando sobre os pavimentos no início e no final das escadas.

Sobre os corredores, foram analisados os do ambiente interno da Biblioteca e o corredor que dá acesso a Biblioteca. Os corredores em sua maioria apresentam boas dimensões: o corredor de acesso possui mais de 10 m de comprimento e largura de 2 m, ultrapassando o mínimo de 1,50 m exigido no critério; já os corredores internos possuem extensão menor a 4 m e apresentam 0,90 m de largura, dentro do limite determinado. A única exceção dos corredores internos está num corredor com extensão de 5 m e largura de 0,90 m, não apresentando o mínimo exigido de 1,20 m (Figura 4).

Figura 4 – Corredor interno da Biblioteca com obstáculos



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2015).

A Biblioteca não possui em seus corredores vasos com vegetação. No entanto, na Figura 4 é possível perceber que num dos corredores internos junto à parede está instalada uma central de rede de internet com diversos fios expostos, que pode vir a ser considerada um obstáculo para usuários em cadeiras de rodas ou com mobilidade reduzida.

Não existem sanitários exclusivos da Biblioteca para os seus usuários. No entanto, foi usado para a avaliação os dois sanitários, um no banheiro masculino e outro no banheiro feminino, disponíveis no bloco em que está instalada a Biblioteca. Os sanitários estão localizados dentro de rota acessível interna, ou seja, há acessibilidade física entre os banheiros e a entrada da Biblioteca. No entanto os sanitários não estão de acordo com tudo que está disposto na NBR 9050:2004, como a ausência da sinalização internacional de acessibilidade.

6.2 Acessibilidade do mobiliário e equipamentos

Sobre a acessibilidade do mobiliário e equipamentos da Biblioteca, o balcão de atendimento é a primeira categoria do *checklist* a ter seus critérios aplicados na análise. No balcão de atendimento aos usuários, onde é realizado, geralmente, o primeiro contato durante o serviço de referência, está localizado logo na entrada da Biblioteca, dessa maneira em rota acessível interna.

De acordo com a NBR 9050:2004 “Uma parte da superfície do balcão, com extensão de no mínimo 0,90 m, deve ter altura de no máximo 0,90 m do piso” e, além disso, deve ser garantido aproximação frontal do usuário em cadeira de rodas. Dessa maneira, quando prevista a aproximação frontal “o balcão deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30 m” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 93).

O balcão de atendimento da Biblioteca do IFSC Câmpus Araranguá não está de acordo com os padrões relacionados a dimensão, pois toda a sua extensão possui 1 m de altura e nenhuma parte é garantida a aproximação frontal do usuário em cadeira de rodas.

No entanto, outros critérios do *checklist* relacionados ao balcão de atendimento ao usuário foram atendidos pela Biblioteca, são eles: o não uso de barreiras na parte superior do balcão, como vidros ou barras, e ainda sobre o seu revestimento, que é opaco, não prejudicando a orientação das pessoas com deficiência visual ou baixa visão (Figura 5).

Figura 5 – Balcão de atendimento da Biblioteca IFSC Câmpus Araranguá



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2015).

Na Figura 5 também é possível visualizar uma barra de metal na lateral do balcão, no entanto entende-se que esta não representa uma barreira como definida no critério supracitado. Pois com a sua disposição na lateral do balcão, a barra de metal pode vir a ser um auxílio para pessoas com dificuldades motoras.

Proporcionar uma circulação independente dos usuários entre as estantes que comportam o acervo bibliográfico é fundamental para uma biblioteca acessível. De acordo com a NBR 9050:2004 “A distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura [...]. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas [...]” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 93).

A Biblioteca do IFSC Câmpus Araranguá possui quinze estantes distribuídas no salão principal, de maneira que são formados três corredores de 4,15 m de comprimento cada. De acordo com a NBR 9050:2004, com essa dimensão de corredor não é necessário espaço que permita a manobra de cadeira de rodas com rotação de 180°. E entre as estantes está garantido um espaço mínimo de 0,90 m (Figura 6).

Figura 6 – Corredor entre as estantes da Biblioteca do IFSC Câmpus Araranguá



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2015).

Cada estante possui o acervo bibliográfico distribuído em cinco prateleiras. Destas prateleiras, as duas superiores estão distantes do piso mais de 1,20 m, não estando a um alcance manual confortável de alguns usuários (Figura 6).

A Biblioteca possui um salão principal, onde está localizado o acervo de material bibliográfico, além de mesas de estudo em grupo e mesas de estudo individual. Além deste salão principal, a Biblioteca possui uma sala de estudos composta por mesas e laboratório de informática.

As mesas para leitura, trabalho e/ou estudos estão distribuídas em dois ambientes distintos: salão principal e sala de estudos em grupo. Em ambos os ambientes as mesas estão localizadas em rota acessível interna. Percebeu-se que algumas mesas de estudos não possuem uma faixa livre de circulação de 0,90 m, pois estão próximas às paredes, dificultando a locomoção de usuários em cadeiras de rodas.

Segundo a NBR 9050:2004 “As mesas ou superfícies devem possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso” e “[...] estar entre 0,75 m e 0,85 m do piso.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 92) Além disso, deve ser garantida uma aproximação frontal de até no máximo 0,50 m, com vistas a acessibilidade de usuário em cadeira de rodas. Nesses aspectos foram atendidos pela Biblioteca, visto que todas as mesas de estudos da Biblioteca possuem altura de 0,75 m do piso e apresentam vão livre de 0,73 m até o piso. Além disso, em todas as mesas é possível realizar aproximação frontal de até no máximo 0,50 m.

Outros critérios relacionados às mesas de estudo também foram atendidos pela Biblioteca, pois todas as mesas possuem revestimento opaco e as laterais apresentam acabamento arredondado, afim de que sejam evitados possíveis acidentes. Além disso, as cadeiras utilizadas junto às mesas de estudo são flexíveis à movimentação.

A Biblioteca disponibiliza aos seus usuários um terminal de consulta, com acesso à internet, acessível à pessoa em cadeira de rodas ou mobilidade reduzida. Além disso, oferece aos seus usuários um laboratório de informática com três computadores, que possuem seus elementos acessíveis. Além dos computadores, o mobiliário e as dimensões do laboratório, atendem os quesitos de acessibilidade.

O mobiliário e os elementos dos computadores, como tela e torre, são independentes e flexíveis para movimentação. Além disso, o botão de liga/desliga e outros dispositivos estão acessíveis ao alcance manual entre 0,40 m a 1,20m de altura do piso.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Proporcionar espaços, públicos ou privados, livres de barreiras arquitetônicas para todos os indivíduos, levando em consideração suas infinitas particularidades, representa a prática de cidadania, por meio da acessibilidade. A inexistência de barreiras resulta em acesso à educação e à informação, garantindo de que os direitos dos cidadãos estão sendo atendidos.

Assim como o objetivo geral, os objetivos específicos propostos foram atendidos no decorrer da pesquisa. Foram identificados normas e livros-textos que versam sobre acessibilidade, em especial em bibliotecas. Após a identificação e verificação de tais documentos, foi realizada a caracterização de elementos de avaliação de acessibilidade física em bibliotecas. E por último, foi realizada a verificação *in loco* das condições de acessibilidade física da Biblioteca do IFSC Câmpus Araranguá.

Os resultados da análise da dimensão “acessibilidade arquitetônica”, por meio da aplicação dos critérios estabelecidos no Instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas (*checklist*) à Biblioteca do IFSC Câmpus Araranguá, revelaram que a disposição arquitetônica da Biblioteca não atende a todos os critérios estabelecidos de modo integral. Nenhuma das categorias analisadas teve todos os seus critérios atendidos plenamente pela Biblioteca. Destaca-se a inexistência de uma rota acessível que interligue o Câmpus à Biblioteca, pois a mesma está no segundo piso e o único trajeto possível é por meio de escada fixa, dificultando ou até mesmo impossibilitando o acesso de pessoa em cadeira de rodas. Aspectos positivos identificados relacionam-se a estrutura do Câmpus, no que diz respeito a calçadas, rebaixamento e estacionamento com vagas acessíveis.

Já no que diz respeito aos resultados da análise da dimensão “acessibilidade do mobiliário e equipamentos”, os mesmos revelaram que a disposição do mobiliário e equipamentos da Biblioteca atende a grande maioria dos critérios estabelecidos. Destaca-se positivamente a categoria “computadores/terminais de consulta”, que teve todos os seus critérios atendidos pela Biblioteca. Um critério importante para o atendimento ao usuário em cadeira de rodas e que não foi contemplado positivamente pela Biblioteca diz sobre as dimensões do balcão de atendimento e sobre a ausência de módulo de aproximação para pessoa em cadeira de rodas.

Diante dos resultados apresentados, sugere-se que a aquisição de elevador acessível seja providenciada ou até mesmo seja construída uma rampa, que possa servir como trajeto opcional a pessoa em cadeira de rodas ou mobilidade reduzida. Além disso, é importante a aquisição de um novo balcão de atendimento que esteja de acordo com as dimensões exigidas na NBR 9050:2004. Ainda uma reorganização das mesas, de maneira que se tenha vão livre adequado para a locomoção de usuário em cadeira de rodas.

Reiteramos que a análise foi realizada com foco na acessibilidade física da Biblioteca, fazendo uso de duas dimensões do Instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas (*checklist*). Sugere-se para futuras pesquisas a análise que contemple todas as dimensões apresentadas no instrumento: acessibilidade arquitetônica, acessibilidade do mobiliário e equipamentos, acessibilidade comunicacional, acessibilidade à informação, acessibilidade metodológica, acessibilidade instrumental, acessibilidade programática e acessibilidade atitudinal.

Por fim, diante dos resultados da análise realizada conclui-se que a Biblioteca do IFSC Câmpus Araranguá não disponibiliza aos seus usuários um ambiente físico totalmente acessível. Esse resultado pode refletir e/ou ter como consequência a não garantia de um sistema educacional inclusivo, já estabelecido e garantido na legislação brasileira. Entende-se que a biblioteca é ambiente fundamental no atendimento ao aluno dentro de uma instituição de ensino, de maneira que sua edificação, mobiliários e espaços precisam estar acessíveis.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 3 maio 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 13994: Elevadores de passageiros - Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência*. Rio de Janeiro: ABNT, 2000. Disponível em: <<http://www.crea-sc.org.br/portal/arquivosSGC/NBR%2013994.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15599: Acessibilidade – comunicação na prestação de serviços*. Rio de Janeiro: ABNT, 2008. Disponível em: <http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/ABNTNBR15599_2008Ed1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- BRASIL. *Decreto nº 5.296 de, 02 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 2 maio 2014.
- BRASIL. *Decreto nº 7.612 de, 17 de novembro de 2011*: Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 6 abr. 2014.
- BRASIL. *Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 4 mar. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Principais indicadores da educação de pessoas com deficiência*. Brasília: MEC/INEP, [2013?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17429&Itemid=817>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CEPE/IFSC nº 165, de 25 de outubro de 2011*. Estabelece o regulamento único para o Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. 2011d. Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/resolucao_cepe_165_2011_2.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2015.
- CARNEIRO, Moaci Alves. *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- CÔRTE, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto. *Biblioteca escolar*. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2011.

DISCHINGER, Marta. *Desenho universal nas escolas: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis*. Florianópolis: Ed. da UFSC: PMF, 2004.

FALKENBACH, Atos Prinz. Inclusão e deficiência: expectativas de um pesquisador. In: FERRONATTO, Bianca Correia; MELLO, Ana Lucia de; WAGNER, Luciane Carniel. *Guia de orientações e práticas para a inclusão laboral de pessoas com deficiências*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade física. In: PUPO, Deise Talarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). *Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas*. Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2008.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Samir Hernandes Tenório. *Edifícios para Bibliotecas universitárias: perspectivas e diretrizes a partir da avaliação pós-ocupação*. 2007. 550 f Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura) - Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-29042010-105703/pt-br.php> />. Acesso em: 14 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Comunicação Social, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=794>. Acesso em: 2 maio 2014.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas: amostragens e técnicas de pesquisa: elaboração, análise e interpretação de dados*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NICOLETTI, Tamini Farias. *Checklist para bibliotecas: um instrumento de acessibilidade para todos*, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28114>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Conceito de acessibilidade*, 2011. Disponível em: <<http://www.escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=459>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.